



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2015

Antes da Ordem do Dia a Câmara, por proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte Saudação:

MAIS UMA VITÓRIA DA AUTONOMIA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

“No passado dia 7 de outubro, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais as “normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica (...) por violação do princípio da autonomia local, consagrado no artigo 6.º, n.º 1, da Constituição”.

Esta decisão, que se soma a outras dos Tribunais Administrativos de Beja, Évora e Lisboa, vem, definitivamente, dar razão à luta que as autarquias, os seus trabalhadores e respetivas associações sindicais vêm travando há dois anos contra a ingerência do Governo na autonomia das autarquias locais e em defesa de um horário de trabalho de 35 horas semanais.

Ao longo destes dois anos, muitas autarquias, trabalhadores e sindicatos resistiram à inaceitável pressão do Governo para que, em troca das 35 horas, fossem introduzidos bancos de horas e regimes de adaptabilidade, e à decisão ilegal da DGAEP que recusou o depósito dos ACEP validamente celebrados.

O Município de Sesimbra assumiu, desde a primeira hora, o seu papel na defesa das 35 horas e da autonomia do Poder Local. Cientes da justiça da nossa posição. Seguros quanto à legalidade da mesma.

Hoje o Tribunal Constitucional dá-nos razão.

Hoje é claro para todos o caráter ilegal das decisões do Governo e da DGAEP que, durante dois anos, impediram o depósito e publicação dos ACEP validamente celebrados nas autarquias, incluindo no Município de Sesimbra.

Saudamos todos os trabalhadores do Município de Sesimbra que, com a sua persistência e confiança, tornaram possível este momento.

Relembramos que a defesa do Poder Local e de trabalho digno e com direitos se faz diariamente. Que há muito caminho pela nossa frente.

Nos próximos dias voltaremos a remeter à DGAEP os ACEP validamente celebrados, requerendo o seu imediato depósito e publicação.



ORDEM DO DIA

ASSUNTOS APRECIADOS AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART.º 50.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. Saneamento da Freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – lote nascente – 1.ª fase – zona C Cotovia/Faúlha, zona D Pedreiras/Maçã, zona E Sampaio/Maçã e zona F Quintola da Maçã – marcação de vistoria – libertação de caução
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
2. Reconversão de cultura para exploração de 4 hectares de framboesas – pedido de autorização – Herdade da Ferraria – Berriesevolution, Ld.ª
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

EXPEDIENTE

A Câmara tomou conhecimento da seguinte correspondência:

1. Ofício do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a informar que, na sequência da assinatura do contrato-programa celebrado com esta Câmara Municipal para a instalação das Unidades de Saúde de Sesimbra, a 24 de Setembro de 2015, a respetiva documentação foi remetida ao Gabinete de Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde com vista à obtenção dos diversos despachos autorizadores dos membros do Governo para subsequente outorga e remessa ao Tribunal de Contas.
2. E-mail da Área Metropolitana de Lisboa a reenviar a Ata n.º 22/CEML/2015, de 22 de Setembro.
3. E-mail também da Área Metropolitana de Lisboa a remeter o ofício n.º 0799/2015, de 06 de Outubro que envia a Ata n.º 23/CEML/2015, aprovada, por unanimidade, pela sua Comissão Executiva a 06 de Outubro de 2015.
4. E-mail ainda da Área Metropolitana de Lisboa a remeter o relatório n.º 33 sobre “Conclusões reunião Grupo de Trabalho da Mobilidade e Transportes dos Municípios da AML”, de 15 de Junho de 2015.
5. E-mail da ADREPES-Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal a informar que no âmbito do processo de audiência prévia, referente à proposta de decisão da 2.ª fase do concurso DLBC Urbano, apresentou contraditório, no dia 06 de Outubro de 2015, à Comissão de Avaliação das Candidaturas, uma vez que considera que a análise efetuada pela CCDD-LVT enferma de irregularidades, que afetam todo o procedimento.



6. E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a remeter a Pergunta ao Governo entregue pela Senhora Deputada Paula Santos e Senhores Deputados Francisco Lopes e Bruno Dias sobre as “Condições de funcionamento das Unidades Hospitalares da Península de Setúbal”.
7. Ofício da Embaixada de Cuba em Portugal a agradecer o apoio prestado por esta Câmara Municipal na subscrição da Declaração do Governo Revolucionário, sobre as relações de Cuba com os Estados Unidos da América, considerando que o bloqueio contra aquele País se mantém.

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

1. Parque de Campismo – licenciamento e especialidades – Plano de Pormenor da AUGI 1 da Lagoa de Albufeira – Repouso Turístico, SARL
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
2. Operações de loteamento – loteamento urbano – autorização de licenciamento e aprovação do projeto das obras de urbanização – AUGI 23 da Lagoa de Albufeira – Comissão de Administração da AUGI 23
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
3. Operações de loteamento – loteamento urbano – autorização de licenciamento e aprovação do projeto das obras de urbanização – AUGI 41 do Casal do Sapo – Quinta do Conde – Comissão de Administração da AUGI 41
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
4. AUGI 65 da Lagoa de Albufeira – loteamento de Iniciativa Municipal sem o Apoio da Administração Conjunta – autorização de licenciamento e aprovação do projeto das obras de urbanização
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
5. AUGI 40 A das Courelas da Brava – Quinta do Conde – proposta de loteamento – requerimentos – relatório de análise – aprovação
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
6. Diversos
Reconversão de cultura para exploração de 4 hectares de framboesas – pedido de autorização – Herdade da Ferraria – Berriesevolution, Ld.^a
Deliberação: **Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**



DELIBERAÇÕES DIVERSAS

1. Pavimentação e infraestruturatação da Estrada dos Murtinhais na Lagoa de Albufeira – marcação de vistoria – libertação de caução – ratificação (Presidente)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

2. Fornecimento de refeições em regime de confecção local e de refeições transportadas para os jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do concelho de Sesimbra – minuta do contrato – aprovação
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

3. Aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a Câmara Municipal de Sesimbra – prolongamento do contrato
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

4. Manutenção e conservação de PT's e instalações em BT associadas na Câmara Municipal de Sesimbra – contrato de prestação de serviços – emissão de parecer
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade. Emitido parecer favorável.**

5. “Orquestra Geração” – desenvolvimento e operacionalização do programa – contrato de prestação de serviços – ajuste direto – emissão de parecer
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade. Emitido parecer favorável.**

6. Manutenção do relvado do Estádio Municipal da Vila Amália – contrato de prestação de serviços – ajuste direto – emissão de parecer
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade. Emitido parecer favorável.**

7. Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação da taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016 – envio à Assembleia Municipal
Deliberação: **A proposta subscrita pelo Vereador do Pelouro de Administração e Finanças foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino, que produziram declaração de voto, e do Vereador Francisco Luís e com os votos contra do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata, que produziram declaração de voto.**
A proposta alternativa apresentada pelo Vereador Dr. Américo Gegaloto e pela Vereadora Dr.ª Cláudia Mata foi reprovada, com os votos contra do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos a favor do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.



Nos termos da deliberação ora referida foi deliberado, por maioria:

“A- Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos e rústicos nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI no ano de 2015, a cobrar em 2016, nos seguintes valores respetivamente:

- a) Prédios Rústicos:0,8%;
- b) Revogada:
- c) Prédios Urbanos:0,4%.

B- Para os efeitos fixados no n.º 6 do artigo 112.º do CIMI:

a) Que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação reabilita urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na respetiva planta;

b) Minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem a partir de 2016, para os prédios sitos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de junho de 2016, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios:

- i. Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP (superfície total de pavimentos) – 30%;
- ii. Recuperação geral externa ou recuperação geral das infraestruturas internas sem aumento da STP – 20%;
- iii. Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP-10%.

C- Para os efeitos do permitido legalmente no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI na actual redacção,fixa-se para o ano de 2015 do IMI a cobrar em 2016, redução da taxa proposta acima na alínea c) do ponto A (prédios urbanos 0,4%), nas seguintes percentagens:

Número de dependentes a cargo do proprietário de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do mesmo, (nos termos previsto no artigo 13.º do Código do IRS) que compõem o agregado familiar respetivo a 31 de dezembro	Redução da Taxa de 50% do limite legal fixado, conforme aditamento (n.º 13) introduzido pela Lei do OE (seu artigo 213.º) para o ano de 2015, ao artigo 112.º do CIMI
1	5%
2	7,5%
3 ou mais	10%

De acordo com estimativa a aprovação desta redução implica a diminuição da receita Da Autarquia na ordem de 109 000 Euros, valor calculado com base nos dados informados referenciados ao ano de 2014 com as isenções vigentes, pela Autoridade Tributária e que constam da informação do DAF n.º 16834 de 8 de outubro de 2015.

D- Solicitar à Assembleia Municipal nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprove o proposto nos pontos A, B e C anteriores.”



8. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2016 – fixação da taxa – envio à Assembleia Municipal

Deliberação: A proposta subscrita pelo Vereador do Pelouro de Administração e Finanças foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos contra do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata, que produziram declaração de voto. A proposta alternativa apresentada pelo Vereador Dr. Américo Gegaloto e pela Vereadora Dr.ª Cláudia Mata foi reprovada, com os votos contra do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos a favor do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.

Nos termos da deliberação ora referida foi deliberado, por maioria:

“Fixar a percentagem de participação variável do IRS, a vigorar em 2016, no valor de 5 %, seguidamente, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, solicitar à Assembleia Municipal, a respetiva autorização e minuta da parte da ata para efeitos de imediata execução.”

9. Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC'2015, a cobrar em 2016 – envio à Assembleia Municipal

Deliberação: A proposta subscrita pelo Vereador do Pelouro de Administração e Finanças foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos contra do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata, que produziram declaração de voto. A proposta alternativa apresentada pelo Vereador Dr. Américo Gegaloto e pela Vereadora Dr.ª Cláudia Mata foi reprovada, com os votos contra do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos a favor do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.

Nos termos da deliberação ora referida foi deliberado, por maioria:

“De acordo com a análise efetuada nas informações anexas do DAF com cujo teor concordo, e indo ao encontro da recomendação aprovada pela Assembleia Municipal no ano transato proponho que a Câmara aprove:

1. O lançamento de uma Derrama de 1,5 % sobre o Lucro Tributável Sujeito e não Isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2015 a cobrar no ano de 2016.
2. A isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos:
 - Microempresas (até 10 trabalhadores) – 1 Posto de Trabalho;
 - Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) – 3 Postos de Trabalho;
 - Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) – 6 Postos de Trabalho.

A aludida isenção está conforme os poderes tributários conferidos aos municípios nos termos da alínea d) do artigo 15.º e das isenções e benefícios fiscais do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, tendo em vista fomentar a



economia local e promover a criação de emprego atendendo à grave crise de desemprego que continua a grassar.

A concretização da isenção proposta ficará condicionada à entrega dos elementos comprovativos por parte das empresas que pretendam beneficiar da mesma e da inscrição desta na plataforma da Autoridade Tributária.

Seguidamente após aprovação, a presente proposta terá de ser submetida à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal de Sesimbra para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.”

10. Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2016 – fixação – envio à Assembleia Municipal
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

11. Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 17 e 30 de Setembro de 2015 – aprovação – ratificação (Vereador)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

12. Bomba de calor compatível com sistema solar ou qualquer outra fonte de energia complementar de origem renovável – aumento temporário de fundos disponíveis – aprovação
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

13. LIFE Governança Ambiental e Informação – Rede Natura’2000 – parceria (2.ª chamada) – candidatura – submissão – ratificação (Presidente)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

14. Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa – dinamização de candidaturas
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

15. Empreendimentos turísticos de habitação e no espaço rural e parques de campismo e de caravanismo – comissão de vistorias – composição – aprovação
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

16. Desenvolvimento de ações no âmbito do acompanhamento dos desempregados beneficiários de prestações de desemprego – celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Instituto de Emprego e Formação Profissional – minuta – aprovação
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**



17. Obras de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita em Aiana de Cima – candidatura no âmbito RMARH – subsídio – Carla Andrade
Deliberação: **Não apreciado.**

18. Obras de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita em Casal das Figueiras – candidatura no âmbito RMARH – subsídio – Henrique Apolinário
Deliberação: **Não apreciado.**

19. Obras de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita em Casal das Figueiras – candidatura no âmbito RMARH – subsídio – Maria Guilhermina Apolinário
Deliberação: **Não apreciado.**

20. Obras de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita em Aiana de Cima – candidatura no âmbito RMARH – subsídio – Solange Marques
Deliberação: **Não apreciado.**

21. Obras de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita na Quinta do Conde – Rua Maria Matos, lote 2099 – candidatura no âmbito RMARH – subsídio – Vítor Rodrigues
Deliberação: **Não apreciado.**

22. Projeto “Sempre a Mexer para não Envelhecer” – dinamização da atividade Fitness Mental – celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Associação Cultural e Recreativa Clube Equilíbrio e Bem Estar – minuta – aprovação
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

23. Clube de Lutas do Bastos – Junho, Julho e Agosto de 2015 – subsídio eventual
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

24. Grupo Desportivo de Alfarim – Associações com Atividade Desportiva Regular – revogação das deliberações de 02.Setembro.2015 e 07.Outubro.2015 e subsídio mensal
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

25. Grupo Desportivo União da Azoia – modalidade de orientação e formação de técnicos – subsídio mensal
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**



26. Associação Cultural e Desportiva da Cotovia – contratação de técnicos – subsídio mensal
 Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO PRESIDENTE

- Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 29 de Setembro a 12 de Outubro de 2015 (zona 1); de 29 de Setembro de 2015 (zona 2) e de 08 e 09 de Outubro de 2015 (zona 5).

INFORMAÇÕES DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE – POR MOTIVO DE FÉRIAS DO SENHOR PRESIDENTE

- Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 28 de Agosto a 17 de Setembro de 2015 (zonas 1, e 5).

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

- AUGI 04 da Lagoa de Albufeira – contas intercalares de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015; contas finais e ata n.º 15.
- Do Gabinete Municipal de Ambiente e Sustentabilidade dando conta dos resultados finais da candidatura deste Município à ECOXXI'2015, cujo valor final é de 61,2%, classificação obtida acima da do ano anterior. A cerimónia de entrega das Bandeiras Verdes ocorreu no dia 18 de Setembro de 2015, em Sesimbra
- Do Chefe de Divisão de Águas e Saneamento dando conta do email remetido pela Empresa Grupo Águas de Portugal onde consta as tarifas a aplicar pela Águas de Lisboa e vale do Tejo, SA, em 2016.

INFORMAÇÕES DA VICE-PRESIDENTE – PELOURO DA EDUCAÇÃO

- Da Divisão de Educação e Desporto dando conta do relatório EPIS-Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar 2009/2010 a 2014/2015.e Abandono Zero 2010/2011 a 2014/2015.

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços com o fundo de maneiço durante o mês de Setembro'2015.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL

(Por delegação do Executivo)

Reunião de 21 de Outubro de 2015

Zona 1 – de 29 de Setembro a 12 de Outubro de 2015

Processo n.º 277/1995 – Carlos José Pereira – Legalização de ampliação e alterações na moradia – Caixas – valor da licença 1.702,96€ – *STP 31,23 m² – Deferido

Processo n.º 220/1994 – Maria de Jesus Pinhal Homem Francisco Severino – Legalizações de anexos – Rua dos Curvais, 6 – Aldeia do Meco – valor da licença 1.013,09€ – *STP 25 m² – Deferido

Processo n.º 221/1996 – Ana Paula Marques Santos Gaboleiro – Legalização de anexo – Alfirim – valor da licença 1.443,58€ – *STP 27,60 m² – Deferido

Processo n.º 155/2006 – Maria José Coelho Garia – Legalização de apoio agrícola – Barris – Aldeia do Meco – valor da licença 3.448,98€ – *STP 76,31 m² – Deferido

Zona 2 – de 29 de Setembro de 2015

Processo n.º 116/2014 – Dalila Maria Ferreira Rodrigues Pinheiro – Licenciamento para construção de moradia e alteração de muro de vedação – Rua do Pinheiro, n.º 37 – Maçã – valor da licença 6.472,19€ – *STP 151,75m² – Deferido

Processo n.º 116/2014 – Dalila Maria Ferreira Rodrigues Pinheiro – Licenciamento para demolição de pequena habitação – Rua do Pinheiro, n.º 37 – Maçã – valor da licença 23,01€ – *STP 39,00m² – Deferido

Zona 5 – de 08 e 09 de Outubro de 2015

Processo n.º 04/2015 – Augusto Gomes Paiva – Legalização de moradia, anexo e muro – Rua do Pessa, lote 182 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.023,45€ – *STP 97,25m² – Deferido

Processo n.º 103/2014 – Vitor Hugo Esteves de Sousa Marques – Legalização de alterações/ampliação de habitação, anexos e muros – Rua do Poço, n.º 6 – Alto das Vinhas – valor da licença 1.415,08€ – *STP 178,53m² – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA
ZONA OCIDENTAL, POR MOTIVOS DE FÉRIAS DO PRESIDENTE

(Por delegação do Executivo)

Reunião de 21 de Outubro de 2015

de 20 de Agosto a 17 de Setembro de 2015

Processo n.º 95/1987 – Luís Manuel Rodrigues Rocha – Legalização de piscina casa das máquinas – Rua do Cabaço, 44 – Aiana de Cima – Zona 1 – valor da licença 300,03€ – Deferido.

Processo n.º 49/2015 – Rita Isabel Cristão Costa dos Santos – Licenciamento para construção de moradia, telheiro e muro – Rua Maluda, lote 2 – Pinhal de Cima – valor da licença 940,39€ – *STP 180,00 m² – Deferido.

Processo n.º 251/2013 – Maria Guilhermina Correia Soares – Legalização de moradia, anexos e muro – Avenida dos Compadres, lote 99A – Casal do Sapo – valor da licença 1.491,10€ – *STP 207,00 m² – Deferido.

Processo n.º 89/2014 – Sérgio Joaquim Lourenço Rodrigues – Legalização de moradia, telheiro e muro – Rua das Beiras, lote 229 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.150,56€ – *STP 124,23 m² – Deferido.

Processo n.º 50/2014 – José Lúcio do Couto – Construção de moradia e muro – Rua Laura Alves, lote 1315 – Casal do Sapo – valor da licença 580,23€ – *STP 219,52 m² – Deferido.

Processo n.º 42/2015 – Manuel Alves Garcia – Licenciamento para construção de moradia e muro e legalização de anexo – Rua de S. Caetano, lote 49 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 369,62€ – *STP 87,70 m² – Deferido.

Processo n.º 38/2015 – José Carlos Vargas – Legalização de moradia, anexo e muro – Rua de S. Miguel, lote 34 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 582,42€ – *STP 80,60 m² – Deferido.

Processo n.º 39/2015 – João de Andrade Matos – Legalização de moradia, anexo, piscina e muro – Rua dos Beirões, n.º 18 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.830,60€ – *STP 189,15 m² – Deferido.

Processo n.º 80/2006 – Hugo Carvalho Matos Fernandes – Legalização de moradia e muro – Avenida do Cristo Rei, lote 25 – Alto das Vinhas – valor da licença 259,60€ – *STP 97,20 m² – Deferido.

Processo n.º 23/2015 – Maria Dolores Tavares – Legalização com alteração de moradia e muro e construção de anexo – Avenida da Copacabana, lote 63 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 177,38€ – *STP 64,14 m² – Deferido.

Processo n.º 108/2014 – Maria Palmira de Sousa – Licenciamento para construção de moradia, anexo e muro – Avenida da Escola, lote 24C – Courelas da Brava – valor da licença 806,75€ – *STP 160,95 m² – Deferido.

Processo n.º 24/2015 – Maria Emília Miranda Alegre – Legalização de moradia e muro – Rua do Farol, lote 11 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.048,90€ – *STP 135,88 m² – Deferido.

Processo n.º 3/2013 – Retiro do Conde, Industria Hotelaria, Ld.^a – Licenciamento para construção de restaurante – Marginal da Lagoa de Albufeira – valor da licença 11.166,49€ – *STP 236,00 m² – Deferido.

Processo n.º 25/2015 – Maria Emília Miranda Alegre – Legalização de moradia e muro – Rua do Farol, lote 11 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 792,53€ – *STP 101,75 m² – Deferido.

STP = Superfície Total de Pavimento